

elitização do PDU de Vitória

A revisão do Plano Diretor Urbano de Vitória (PDU), estudada pela Prefeitura, pode resultar num debate "elitizado" sobre o futuro da cidade até o ano 2.010. Este é o temor de algumas lideranças do movimento popular da capital, ao alegarem dificuldades para mobilizar as pessoas e problemas de ordem financeira para elaborar uma proposta de mudanças ao PDU em vigor desde 1984, segundo o presidente do Conselho Popular, Ivo Santana. Outros criticam a forma "fragmentada" como a PMV está encaminhando a questão, propiciando o afastamento da discussão do morador comum da capital.

A proposta de alteração do Plano começou a ser discutida no Conselho Municipal do PDU, composto por 16 membros, há quatro meses. O secretário de Planejamento da PMV, Fernando Betrarello, explica a necessidade de revisão do Plano com base nas mudanças ocorridas de forma "pontual" da Lei nº 3.158, que criou o PDU. Nesse período, foram aprovadas 32 leis, pela Câmara Municipal, 36 decretos foram baixados pelo Executivo, além de mais de 16 resoluções, tornando a legislação original uma verdadeira "colcha de retalhos".

Sem proposta

Betrarello admitiu que a PMV não dispõe de uma proposta fechada para discutir a reformulação do Plano. Tanto assim, que contratou a empresa Aquaconsult — Consultoria e Projetos de Engenharia Ltda para realizar um levantamento sobre a oferta, o planejamento até o ano de 2.010 e o esquema de distribuição dos serviços de água, energia elétrica, saneamento, telefonia, além de um estudo sobre o zoneamento ambiental e a declividade da cidade. A firma Urbanitá analisará o sistema viário da capital. Já a Graffia Urbana, segundo documento divulgado pela Secretária de Planejamento (Sempla), fez estudos relativos à revisão do Plano Diretor, sob a coordenação da arquiteta da PMV, Maria de Lourdes da Silva Oliveira.

Com esses dados, segundo Betrarello, o município terá condições de analisar a forma de ocupação da cidade, os modelos de assentamentos (edificações) numa perspectiva de futuro, para se orientar sobre como construir, através das mudanças dos gabaritos dos prédios e ocupação dos chamados "vazios urbanos" — áreas despovoadas.

Uma equipe de profissionais da PMV está fazendo um mapeamento da cidade, localizando as atividades comerciais e de serviço, as regiões a serem

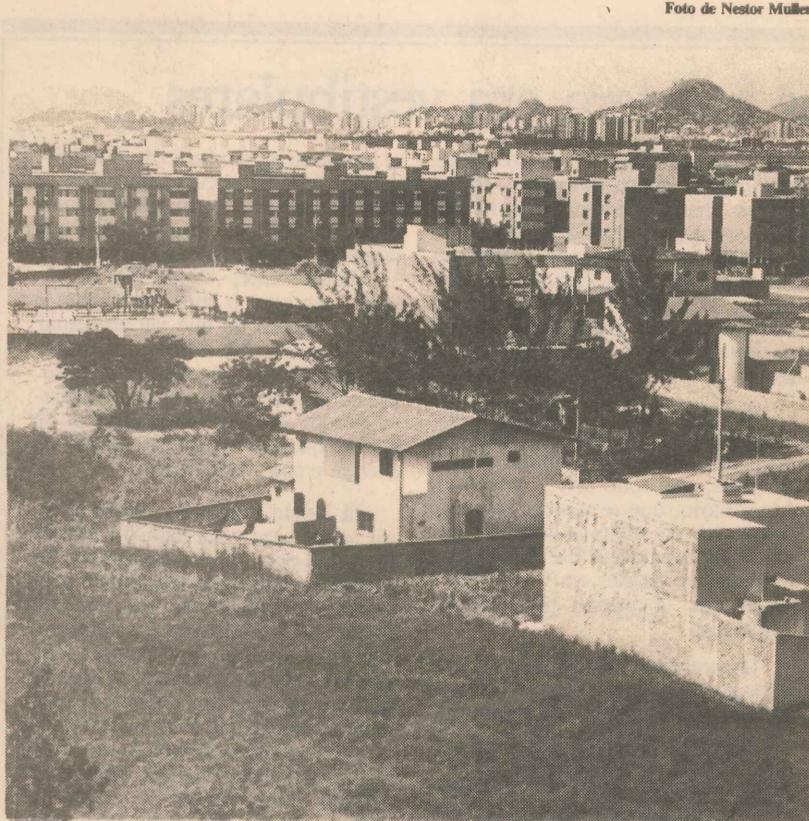


Foto de Nestor Muller

Áreas densamente povoadas ficam próximas de outras com baixa ocupação

ocupadas. Um quadro de expectativas e de problemas enfrentados pela cidade será formado através de um concurso de vídeo que a PMV pretende realizar para despertar a população sobre o tema. O deslocamento de parte do comércio e do setor de serviços do Centro para a região Norte da cidade, invadindo até alguns bairros, como é o caso da Praia do Canto, também será estudado.

Abertura

A partir do mês de fevereiro de 92, a Prefeitura espera abrir a discussão sobre o PDU nas sete regiões administrativas de Vitória, englobando os 72 bairros e os diferentes segmentos da sociedade, como técnicos da Ufes, Federação das Indústrias, Associação Comercial, Sindicato da Construção Civil, entre outros. Isto para que até o mês de agosto o documento final, após debates ocorridos em fóruns a serem formados, seja enviado para a Câmara Municipal.

O chefe do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Ufes e membro do Conselho do PDU, Kléber Frizzera, vê um "erro metodológico" da PMV em projetar a cidade para o futuro em cima da infra-estrutura existente, ao invés de desenvolver os setores básicos dentro do que se imagina de cidade

para as próximas décadas. A discussão do PDU de forma "fragmentada", para Frizzera, acaba por "despedaçar" a cidade enquanto uma unidade, à medida em que o desenvolvimento espacial separa-se dos projetos políticos, econômico e cultural. Com isso, Frizzera afirma que essa desassociação atrai para os debates do Plano apenas os setores intimamente ligados ao assunto, como arquitetos, comerciantes, construtores, proprietários de terra, engenheiros, entre outros.

Fogo cruzado

Dessa forma, Frizzera analisa que o morador comum da cidade "não se sente parte importante" na discussão do PDU por não ter terras, comércios e outros bens: "Rever o PDU não é uma discussão de proprietários, mas de cidadãos. Sem que isso ocorra, estaremos fazendo uma discussão vazia".

O presidente do Conselho Popular de Vitória, Ivo Santana, disse que pediu à Sempla para fazer uma proposta de mudança do PDU para que com ela pudesse ser feita uma contraproposta. Ele admitiu que as entidades estão num "fogo cruzado" em razão dos interesses econômicos do Sindicato da Construção Civil e do Comércio, especialmente em relação ao aumento de gabaritos dos prédios e à regulamentação de diferentes atividades comerciais dentro

dos bairros residenciais, especialmente aqueles já invadidos por essa atividade.

"O impacto dessas mudanças se dará em cima da gente e o morador está anestesiado, está por fora da discussão. Ele só vai gritar quando se for levantar um espigão de 15 andares ao lado de sua casa", acha Santana. Para ele, mesmo com dois representantes no Conselho do PDU, a população tende a levar a "pior", pois além de estar desmobilizada, as entidades nos bairros não dispõem de recursos para bancar uma proposta de revisão do Plano. Com isso, o Conselho Popular ainda não sabe o que quer do PDU novo. "Só sabemos que queremos uma cidade suportável". Ele concorda com Frizzera quando acha que a PMV deve discutir primeiramente o modelo de cidade que ela planeja para os próximos anos: "A PMV está perdida, querendo agradar gregos e troianos. De um lado tem o Sindicon que quer a liberação do gabarito de Jardim da Penha e Jardim Camburi e de outro estão os moradores desses bairros, contrários à idéia".

Preocupação

O presidente da Associação dos Moradores de Jardim da Penha, Sérgio Braga, vê como "muito preocupante" a forma como vem sendo conduzida a discussão do PDU. Ele estranhou as declarações do secretário de Planejamento na imprensa, manifestando-se favorável à liberação do número de andares dos prédios de seu bairro e de Jardim Camburi, limitados hoje em três pavimentos mais pilotis.

"O nível e infra-estrutura que temos hoje no bairro foi resultado de um trabalho cansativo e homeopático dos moradores e sua entidade em busca da qualidade de vida", explicou, temendo que o movimento popular seja "engolido" nas discussões do plano. "Até o momento não fomos convocados para discutir o assunto e tememos ficar de fora de um debate elitizado. A Prefeitura tem que ir aos bairros, como ela faz com o orçamento municipal. Ela tem que buscar o sentimento da população e não se prender a coeficientes técnicos, apenas", recomenda.

O secretário Betrarello reconhece a fragilidade dos movimentos populares de Vitória, esfacelados em anos anteriores com o surgimento de falsas lideranças e entidades "paralelas", como disse. Mas garante o empenho da administração em "tentar ampliar a discussão do Plano com a população para que ela entenda o que está em pauta". Foi o que explicou quando abordado sobre a possível elitização da reformulação do PDU.